

KAIOWÁ

A morte como denúncia

Para chamar atenção sobre sua vida desgraçada, eles estão apelando para o suicídio, prática estranha à cultura guarani



Despejados de suas terras, afastados de seus meios naturais de sobrevivência, trabalhando em regime de semi-escravidão para usinas de cana-de-açúcar, morando em periferias de cidades embaixo de lonas emprestadas. Assim morrem os Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

A partir de 1985, talvez eles tenham encontrado uma maneira trágica de denunciar a ferocidade do contato que travam com o mundo civilizado: o suicídio.

Não há números oficiais a respeito dos suicídios entre os Kaiowá, mas entidades indigenistas que atuam na região de Dourados calculam que 40 indivíduos já se mataram e outros 20 tentaram se matar.

Os Kaiowá têm se suicidado por meio de envenenamento, enforcamento e a prática de abortos. Já começam a ser observados também abandonos à morte de crianças recém-nascidas. Tais práticas, de acordo com estudiosos da cultura guarani, contrariam frontalmente seus costumes. Em toda a literatura referente a esse povo, apenas um suicídio é citado. Egon Schaden, em uma pesquisa feita em 1945, fala de um índio que disse que ia morrer, deitou-se na rede morreu de inanição, o que, certamente, não tem semelhança com o que ocorre hoje.

Se o ato de tirar a própria vida afronta o modo de ser kaiowá, mais ainda é a sua execução pelo enforcamento. Conta o indigenista e pastor metodista Paulo da Silva Costa, membro da Missão Taperorá, que atua na aldeia de Dourados há mais de dez anos, que na concepção desses índios existem duas almas, uma boa e uma ruim, ambas eternas, e nenhuma delas precisa de salvação. Elas lutam entre si e a função do indivíduo é a de dominar a alma ruim através de uma vida regular, das rezas, de uma relação social sadia. Segundo os Kaiowá, as duas almas entram e saem do corpo através da respiração, pela boca. O enforcamento, portanto, impede o desenvolvimento desse processo.

O indigenista observou ainda que os suicídios em força só têm sido observados entre os jovens. Os mais velhos preferem o veneno, fato que identifica como um indício de quebra na transmissão dos valores culturais indígenas, fator de séria desestruturação dessa sociedade.

Não é só na aldeia de Dourados, onde moram aproximadamente 3.000 Kaiowá, que os suicídios acontecem, mas é onde ocorrem com maior frequência. Num prazo de seis meses, de dezembro de 1985 a abril de 1986, contaram-se mais de dez casos e igual número de tentativas de suicídio. O levantamento, feito pela Missão Tapeporá, foi baseado em autópsias e registros nas delegacias da polícia civil. Os dados não incluem as mortes ocultadas por familiares que, por vezes, enterraram os corpos

sem que qualquer registro fosse feito.

Os dois últimos suicídios de que se tem conhecimento em Dourados são de dezembro passado. O primeiro, de Maria, uma moça de 14 anos que se enforcou num pé de abacate uma semana depois que seu marido a deixou por outra mulher. Em meados de dezembro, outra mulher se enforcou: Ersa, de mais de 20 anos, encontrada por familiares pendurada por uma camisa que foi usada como corda.

Zeferino Mendes, 24 anos, contou, com visível resistência, como a sua esposa, de 16 anos, com quem estava casado há seis meses, e seu irmão de 18 anos, enforcaram-se em 1985, na aldeia de Caarapó.

"Nós tava na casa do tio dela, conversando sobre a roça. Aí ela saiu, foi embora, foi pro mato. Quando demora, fui atrás dela, a tia falou que tinha ido na direção de casa. Quando cheguei lá, levei um susto, ela tava com corda no pescoço, enforcada numa árvore baixinha. Naquela dia tava triste, não comeu nada, só chupou uma laranja, tava diferente, mas nós não tinha brigado. O cunhado dela falou pra deixar ela na corda pra autoridade vim. Falei: "Que nada, vou deixá a outra pendurado? Enterramo na aldeia mesmo".

Meu irmão, três mês depois, também assim, mesma coisa, se enforcou na viga da casa dele. Ele já tinha um filho com outra mulher que foi embora, aí ele casou com outra, mas também não sabe porque se enforcou".

Em geral as justificativas dadas por familiares para o fato de um parente ter tirado a vida são ou uma discussão com o marido, a esposa, ou não se tem uma explicação mais objetiva e, nesses casos, dizem tratar-se de pajeval, o feitiço.

Edna de Souza, a filha de Marçal de Souza, o líder guarani assassinado por fazendeiros, mora na aldeia de Dourados e está cursando o terceiro semestre na faculdade de história. Ela conta que muitas vezes sente dificuldades de se adaptar ao mundo civilizado e de encontrar "seu próprio eu". A partir dessa visão, ela analisa a ocorrência dos suicídios:

"Muitas vezes o índio fica perdido, não sabe se é branco ou índio, principalmente quando batem as dificuldades de encontrar o próprio eu, então qualquer coisinha é um motivo para o índio se matar".

Para Edna, o índio vem sendo obrigado a trabalhar de uma maneira que agride a sua bagagem cultural e o anula como índio. "O eu dele vai ser obrigado a mudar. Eu acredito que acontece o suicídio é naquelas famílias que geralmente não querem, não conseguem se desligar desse eu índio por completo, e não conseguem aceitar absolutamente nada do mundo dos brancos".

Como retomar a própria cultura se já não há terras em que morar, rios onde pescar ou matas onde caçar e de onde tirar o caraguatá para confecção de redes e flechas?

A Funai enviou ao Mato Grosso do Sul uma psicóloga para estudar as causas dos suicídios. A psicóloga, que não nos apresentou estatísticas por restrições da Fundação, esteve naquele Estado durante três meses, de abril a julho de 1988, entrevistando índios e indigenistas, mas ainda não concluiu o estudo.

O regional do Cimi não se deteve na questão e não tem levantamentos a respeito. O coordenador regional diz que em conversa com o ex-líder Marçal de Souza, este já falava em quatro suicídios de jovens por mês, a maior parte ocorrida nas fazendas. Marçal, segundo Hilário, atribuía as mortes ao conflito cultural do mundo dos índios com o dos brancos.

Para o cacique Ireño, da aldeia Dourados, os suicídios acontecem por "falta de quem aconselhe". Com seus 107 anos, ele já não tem mais como estar à frente da comunidade para enfrentar a crise de liderança porque passam os Kaiowá. O capitão de Dourados perdeu sua autoridade ao casar-se com uma nova mulher. O capitão Lázaro, da aldeia de Piraguá, quase matou a esposa. Hermes, de Caarapó, foi assassinado. Tonico, de Porto Lindo, e Valdomiro, de Panambi, suicidaram-se.

Coincidência ou não, conforme conta o pastor indigenista Paulo Costa da Silva, após a perda de autoridade dos capitães e o aumento do número de casos de suicídio, ressurgem os Paí (os rezadores), provavelmente uma tentativa de afastar os maus espíritos da "civilização".

O esforço dos Kaiowá para recuperar suas raízes é grande. No próximo mês de abril, após anos de interrupção, será realizada, na Área Indígena Panambizinho (MS), a grande festa do Tembetá, em que meninos de até dez anos terão seus lábios furados para levarem a marca de seu povo.

Porém, como retomar a própria cultura se já não há terras em que morar, rios onde pescar ou matas onde caçar e de onde tirar o caraguatá para confecção de redes e flechas?

Despejados, morando debaixo de lonas

O cenário que acompanha as estradas sul-mato-grossenses, na região de Dourados e Campo Grande, são muitas vezes fúnebres. Da mata nativa avistam-se, de vez em quando, pequenas ilhas que são como que amostras do que antes vivia ali. Das árvores, apenas troncos com folhas



Edson GeS

"Eles (Funai) trouxe nós aqui e largô sem recurso, passando fome"

apodrecidas pelos desfolhantes ou tocos queimados. Isso tudo ladeado pelas já prósperas fazendas com quilômetros de plantações de soja, cana ou pasto. "Carros fúnebres", como são chamados por alguns os caminhões carregados de toras de madeira, são numerosos por ali.

As margens dos rios foram desmatadas, aradas e gradeadas, vieram as chuvas carregando a terra para dentro da água, num processo de aterramento dos rios. Nas palavras do pastor metodista Paulo da Silva Costa, que também é técnico agrícola, "o rio Dourados, que deu nome à cidade, pela quantidade de peixes que tinha, hoje só dá pernilongos. Vamos sentir as conseqüências disso daqui a uns dez anos", prevê.

Os mais antigos habitantes da região já sentem tais conseqüências: eles estão sendo despejados de suas terras para as plantações rentáveis dos fazendeiros e empurrados para áreas menos férteis.

No dia 2 de fevereiro do ano passado, o fazendeiro Otávio Junqueira Leite conseguiu na Justiça Comum de Iguatemi (MS) uma liminar de reintegração de posse de 920 hectares da Área Indígena Jaguapiré que, de acordo com portaria de delimitação de 1985, tem área total de 2.320 hectares. Com isso, nove famílias foram despejadas e levadas para outra aldeia, retornando após um mês para junto dos moradores que ficaram.

A 13 de setembro de 1988, ocorreu o despejo do restante da área. Em processo idêntico ao primeiro, outro fazendeiro, José Fuentes Romero, conseguiu liminar de posse

dos outros 1.400 hectares. Cerca de 150 Kaiowá foram retirados de suas terras por forte aparato policial e levados para a Aldeia Indígena Porto Lindo, onde vivem índios Nhandeva já com sérios problemas de superpopulação.

Os despejados estão há mais de três meses morando embaixo de lonas de plástico e passam todo tipo de dificuldade, inclusive fome, pois o solo em Porto Lindo é ruim.

O Kaiowá Tenório Gimenez falou que "eles (Funai) não tá fazendo nada, tão contra nós mesmo, trouxe nós aqui e largô sem recurso, passando fome. Eles não tá trazendo alimento, nós tamo tentando plantar mas tá difícil. O fazendeiro diz que nós tamo invadindo, nós nascemo lá, temo cemitério lá. Nós fomo lá na delegacia da Funai em Amambai e falamos com o delegado dia 26 de agosto. Antes do despejo, fomo lá cinco vez pra pedir providência mas eles fala que não tem condição, presidente não deu resposta".

Enquanto a resposta não vem, 125 pessoas, entre as quais 64 crianças, estão sem roupas, sem assistência médica e sem mantimentos. Desesperados, alguns homens vão para o trabalho nas fazendas, mas o salário mal dá para a alimentação.

Trabalham nas usinas em condições servis

Empurrados para o trabalho de corte de cana nas fazendas, os Kaiowá completam ali um ciclo de desintegração de sua cultura. É lá que, fora de seu chão, trabalhando em geral 12 horas diárias debaixo de sol e chuva com toda a família, sem tempo para as festas, o canto, o cultivo de alimentos, o seu laço sagrado com a terra é transformado em grillão.

Nas destilarias de álcool, as condições de trabalho são tão gritantes que o Conselho Estadual dos Direitos do Índio (Cedin), criado pelo governo do Estado, formou uma comissão para inspecioná-las.

Os trabalhos de visitação se realizaram no mês de julho, agosto e setembro nas propriedades Rio Brilhante, Sonora, Debrasa e Nova Andradina, que empregam, segundo o relatório da comissão, 1.200 índios.

Ainda não foram concluídos os estudos a respeito do trabalho nas destilarias, mas o relatório parcial já aponta irregularidades. De acordo com o estudo, na Debrasa e Sonora só trabalham adultos Terena e até 12 anos dos povos Guarani, Kaiowá e Terena.

A comissão constatou que os índios são contratados em blocos, atra-

ves da intermediação da Funai; que os contratos não são difundidos entre os índios empregados, permanecendo o conhecimento de suas cláusulas apenas com os encabeçantes de turmas ou capitães, os "gatos", que são contratados pela Funai para celebração dos contratos.

Os índios trabalham sob regime de produção diária, que é anotada pelo preposto na destilaria, na caderneta do encabeçante. É ele quem recebe o pagamento da destilaria ou do "gato" e faz a distribuição do dinheiro entre os índios.

A medição do corte de cana, que não é assistida pelos índios, é feita por metragem cúbica. O relatório da comissão ressalta que "como diaristas, mulheres e crianças recebem aproximadamente metade do que é pago aos homens, que nunca recebem o salário mínimo legal; não há recibos nem discriminação dos valores pagos nem na safra nem no trabalho de diaristas".

As destilarias não fornecem equipamentos de segurança e o transporte é feito em caminhões de cana com total falta de segurança em trajetos que chegam a 70 quilômetros diários.

Na Rio Brilhante os índios são alojados em barracos abertos, cobertos com plásticos pretos e, ainda segundo a comissão, as condições sanitárias e de higiene "são deploráveis" em todas as quatro usinas.

Em Nova Andradina e Rio Brilhante, de acordo com o relatório datado de 30 de setembro passado, utiliza-se o esquema de armazéns internos para fornecimento de gêneros básicos aos índios, sempre a preços superiores aos vigentes no mercado. A conseqüência é o índio, ao fim do contrato, nada ter a receber pelo seu trabalho, estando ainda em débito com o armazém.

Apesar de tantas irregularidades encontradas, o esquema de inspeção e multa não tem funcionado, de acordo com o advogado Jorge Ney Corrêa, assessor do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande. Usineiros e o governo do Estado fizeram um pacto na época da inspeção, em que os primeiros se comprometeram em melhorar as condições de trabalho dos índios, o que, segundo Jorge Ney, não foi cumprido.

Onorail Jerônimo Porto trabalhou como fiscal na Usina Rio Brilhante de fevereiro de 1987 a setembro de 1988, e hoje move uma ação trabalhista contra a usina porque, por ser negro, ganhava menos que os companheiros brancos pela execução do mesmo trabalho. O ex-fiscal disse ter presenciado várias vezes espancamentos de crianças índias de 9 e 10 anos, por não conseguirem alcançar o ritmo de trabalho dos adultos. Segundo Onorail, existe prostituição de mulheres índias e é comum elas ganharem seus bebês na calçada do hospital da usina por não terem sido atendidas.

Nas aldeias, os Kaiowá não dão detalhes do trabalho nas usinas. Edna de Souza conta por que: "Eles têm medo porque a gente ouve o pessoal falando o que fazem com o índio, como ele é explorado. Muitos índios foram levados ao suicídio, como diz, 'suicidaram eles'".

O que é suicídio?

Suicidar-se significa dar a morte a si próprio, uma definição insuficiente, no entender do psicólogo e psiquiatra Roosevelt Moisés Cassorla, quando se começa a refletir sobre as maneiras e mecanismos como as pessoas atentam contra a própria vida.

No livro "O Que é o Suicídio", da Editora Brasiliense, o psiquiatra enumera exemplos de comportamento suicida, (o do viciado, do alcoólatra etc), e classifica o suicídio em consciente e inconsciente, total ou parcial. Na verdade, afirma, os instintos de vida e de morte estão presentes em todos nós e a

vida em sua evolução até a morte é o resultado da interação destes dois instintos.

Segundo Cassorla, são centenas as variáveis que interferem nas ações de um suicida. "Não podemos explicar os atos a partir de variáveis isoladas. Ninguém se mata só porque brigou com o marido ou perdeu o emprego.

Estes fatores contribuem, mas são o elo final de uma longa rede de fenômenos e têm importância limitada", garante.

Para o filósofo existencialista francês Albert Camus, o suicídio é o único problema filosófico relevante.



Edson GeS

Edna de Souza: "Dificuldades de encontrar o "eu" índio"

Valéria Cristina Costa.